

Índice

A economia colaborativa profissionaliza-se.....	1
As culturas transgênicas não são o apocalipse.....	2
Uma feminista fora do coro.....	3
“La creación de una sociedad del aprendizaje”	4

A economia colaborativa profissionaliza-se

Ultimamente difundiu-se a expressão “uberização da economia”, que para muitos significa trabalho precário, instável e sem proteção social. No entanto, à medida que as plataformas como a Uber se consolidam, profissionalizam-se e aproximam-se das empresas tradicionais.

A [economia colaborativa](#) tem marcado o consumo dos últimos anos, especialmente nos setores turístico e de transportes. A Blablacar tem seis milhões de utentes, dos quais 2,5 milhões são espanhóis. A Uber opera em mais de 80 cidades. A comunidade da Airbnb estende-se por 191 países e, somente em 2015, alojou 50 milhões de hóspedes. E, sem ir muito longe, a aplicação do mercado de objetos usados Wallapop já superou os 10 milhões de descargas.

Os seus nomes estão associados a viajar barato, usar produtos sem necessidade de comprá-los, aproveitar o que já não se usa e a abertura de barreiras sociais e até [políticas](#); mas associados também a [greves](#) de trabalhadores profissionais e a empresas tradicionais em pé de guerra.

O “Financial Times” expôs há pouco tempo [uma história](#) que reflete este paradoxo. Nos subúrbios de Paris (*banlieues*), converter-se em motorista da Uber constitui quase que a única possibilidade de entrar no mercado laboral para milhares de imigrantes sem estudos ou com antecedentes criminais. Atualmente, 15 000 novos motoristas estão a conduzir, sem suscitarem problemas, para os dirigentes e empresários da cidade, competindo com os 17 000 taxistas registados. Estes

últimos chegaram a pedir ao governo francês que detenha os diretores da Uber.

Nos últimos anos, o governo investiu 40 000 milhões de euros a reabilitar os subúrbios deprimidos de Paris, onde reina a delinquência e, nos últimos tempos, o islamismo radical. Nenhuma das suas políticas antidiscriminatórias obteve resultados tão positivos como os da Uber, que além de gerar emprego, conseguiu reduzir os preços e aumentar a procura em 10 %, nos últimos cinco anos.

Embora o sistema colaborativo tenha demonstrado possuir imperfeições sérias, sobretudo no que se refere aos direitos de trabalhadores e consumidores, também lançou luz sobre um mercado laboral marcado pela falta de ajudas ao empreendedorismo e pelas elevadas taxas de desemprego. Em muitos países, as plataformas de trabalho *amateur* puseram em destaque tanto as leis como as empresas e demonstraram maior lucidez para aproveitar a tendência digital de consumo através de *smartphones*.

Diz Albert Cañigueral, no livro “Vivir mejor con menos”, que o sucesso da economia colaborativa chegará, não quando desaparecerem as empresas e instituições tradicionais, mas quando se conseguirem acordos entre setor público, privado colaborativo, grandes empresas e *startups* disruptivas, pois cada um deles proporciona algo diferente.

Há algumas empresas que já se estão a juntar de algum modo à economia colaborativa. A Frizbiz é uma plataforma francesa de “*bricolage* entre vizinhos” que conta com 100 000 utentes. Através dela, qualquer particular pode oferecer os seus serviços para tarefas domésticas: reparações, limpeza, engomar roupas, cuidados com crianças, aulas de cozinha...

Em 2015, a Leroy Merlin comprou uma pequena participação na Frizbiz e, graças a isso, a empresa ganhou muita visibilidade e solidez, e os seus utentes e intermediários beneficiam de diferentes descontos. O facto suscitou a [cólера dos artesãos](#) profissionais que, tal como os hoteleiros e taxistas, veem diminuída a sua quota de mercado pelo trabalho de particulares que não pagam impostos ao Estado (pelo menos não nas mesmas condições que eles).

O caso da Leroy Merlin não é isolado. Grande parte do setor hoteleiro procura assemelhar-se, cada vez mais, a plataformas como a Airbnb, pelo sucesso que têm entre o público menor de 35 anos.

Contudo, o caso mais notório é o do setor automobilístico, que deu muitos passos neste sentido nos últimos cinco anos. Em 2011, a BMW comprou ações da ParkAtMyHouse (agora JustPark) e tem o seu próprio portal de automóvel partilhado, DriveNow, que opera em várias cidades da Europa e América do Norte. Em 2013, o gigante do aluguer automobilístico, a Avis, avançou com a aplicação para partilha de automóveis, Zipcar. A Audi começou em 2015 no mercado de carros de luxo partilhados em São Francisco. A Ford está a experimentar um serviço de partilha de automóveis em Londres chamado GoDrive.

Inclusivamente, algumas empresas ferroviárias começaram a fazer acordos com a indústria do automóvel partilhado, como é o caso da empresa francesa de caminhos de ferro SNCF e o portal Ouicar, para oferecer, entre os dois, [um serviço](#) “de porta a porta” aos viajantes.

E a verdade é que, para não ficar atrás na conquista de novos mercados, parece que as marcas mais consolidadas deverão demonstrar que não estão interessadas somente em vender os seus produtos, mas em satisfazer todas as necessidades dos seus clientes, mesmo que com isso nem sempre obtenham um benefício económico direto.

Apesar das mudanças, são muitos os dados que apontam para que continuará a haver bons ventos na economia da partilha. Todavia, é difícil saber como evoluirá.

Em São Francisco, os condutores da Uber processaram a empresa por trabalharem como autónomos, sem as vantagens de serem empregados. A empresa chegou a um [acordo](#) extrajudicial com eles e, em troca de uma compensação de 100 milhões de dólares no total, vão continuar a ser trabalhadores independentes, que é a chave para que a plataforma seja rentável. Mas a Uber continua a ter denúncias judiciais do mesmo teor noutros estados como Califórnia, Massachusetts, Florida, Pensilvânia ou Arizona.

Outro [problema](#) que têm enfrentado é a dimensão, um tema crítico. De momento, as plataformas são demasiadas e não há assim tanto mercado, pelo que apenas conseguem ser rentáveis as que têm inúmeros utentes. Além disso, se não conseguem crescer rapidamente desde o princípio, tão-pouco

podem assegurar um nível mínimo de serviço, nem recuperar o grande investimento que têm de fazer em tecnologia.

Parece evidente que as plataformas de economia colaborativa conseguiram preencher um nicho de mercado. Mas tendo em conta os problemas que geram à sua volta, é lógico perguntar se a sua rentabilidade será realmente sustentável no tempo. Quase todas as soluções apontam para o mesmo: uma certa profissionalização que acabe com aquelas empresas que roubavam quota de mercado sem pagar impostos, mas que ao mesmo tempo mantenha a essência do novo setor.

C. G. H.

As culturas transgénicas não são o apocalipse

Para certas correntes ecologistas, as culturas transgénicas têm estado há muito tempo no lado dos vilões. Agora, no entanto, um [pormenorizado estudo](#) das norte-americanas National Academies of Sciences, Engineering and Medicine (NAS) contradiz essa ideia.

Segundo o comité investigador, não se conseguiu detetar nenhum efeito prejudicial das culturas transgénicas para a saúde e o ambiente, e a este respeito não há diferença substancial entre elas e as convencionais. “Desde os anos 80”, salienta o relatório, “os biólogos têm utilizado a engenharia genética para induzir nas plantas características particulares, como uma maior duração dos frutos, um maior conteúdo de vitaminas e a resistência a doenças. No entanto, as únicas características que, obtidas através da engenharia genética, derivaram para um amplo uso comercial, foram as que permitem à cultura resistir à aplicação de um herbicida ou tornar-se imune às pragas de insetos”.

Justamente porque essas duas características foram as mais difundidas, é o motivo dos especialistas das NAS se absterem de emitir uma declaração mais geral sobre os benefícios e riscos dos transgénicos.

Aquilo que fazem é distinguir entre os diversos resultados que se obtêm ao aplicar a engenharia genética a uma planta. “Diferentes características terão, possivelmente, diferentes efeitos. Por exemplo, uma característica geneticamente modificada que altere o conteúdo nutricional de uma cultura, é improvável que tenha o mesmo efeito económico ou ambiental que a resistência aos herbicidas”.

Em todo o caso, depois de examinar quase 900 investigações acerca das modificações genéticas artificiais em culturas de soja, milho e algodão, o comité da NAS elaborou uma classificação dos possíveis efeitos em três áreas: a saúde humana, o ambiente e a agricultura.

Em relação à primeira, o comité salienta ter procurado “cuidadosamente” alguma evidência de dano atribuível ao consumo de alimentos derivados de culturas geneticamente modificadas. Não se descobriu nenhum. Não existem dados epidemiológicos que demonstrem um vínculo entre qualquer doença ou padecimento crónico e o consumo de transgénicos. Pelo contrário, existe evidência de terem benefícios para a saúde, ao reduzirem os riscos de intoxicação por pesticidas, ou ao permitirem o enriquecimento nutricional do arroz com betacarotenos, o que ajuda a prevenir o défice de vitamina A em vários países em desenvolvimento.

Outros benefícios das culturas transgénicas seriam para o meio natural. À objecção de que essas culturas podem atentar contra a biodiversidade, os investigadores das NAS opõem o comprovado aumento da diversidade de insetos onde se aplicam, graças ao menor uso de pesticidas.

Quanto à agricultura, os especialistas apontam que, embora as culturas transgénicas tenham trazido benefícios económicos a muitos pequenos agricultores nos primeiros anos da sua introdução, a sustentabilidade e o aumento desses ganhos vão depender desses trabalhadores receberem apoio institucional na forma de créditos e fornecimentos acessíveis, como os fertilizantes, do mesmo modo que o acesso aos mercados locais e globais.

Os factos demonstram, segundo o estudo, que nos sítios onde se semearam transgénicos resistentes aos insetos, mas não se seguiram estratégias focadas nessa resistência, os insetos podem desenvolver certa imunidade a ela. “Se as culturas transgénicas vierem a usar-se de modo sustentável, são precisos regulamentos e incentivos para traçar estratégias de gestão das pragas que sejam economicamente viáveis”, salientam as NAS.

Uma feminista fora do coro

Camille Paglia é uma professora universitária norte-americana e crítica social, feminista e lésbica, conhecida pelas suas opiniões independentes. Aos 69 anos continua a defender uma total liberdade de expressão sexual, mas também se revela como uma mulher muito realista. Apresentamos algumas declarações feitas numa entrevista por vídeo publicada na *web* britânica “[Spiked](#)” (15.4.2016).

Os universitários de hoje “não estão conscientes dos grandes padrões da história do mundo, da ascensão e da queda de civilizações como Babilónia e Roma que se tornaram muito tolerantes sexualmente, e a seguir caíram. Se não se estiver familiarizado com isso, pode-se acreditar honradamente que tudo é progresso e que estamos a caminhar para um estado de cultura ideal onde todos nos damos as mãos e em que cada um é aceite tal como é...”.

Para Paglia, isto é mais “um sintoma de uma civilização antes de cair. Somos muito tolerantes, não apaixonados, mas há bandos de vândalos e de destruidores a circular pelas fronteiras da nossa civilização que a querem atirar abaixo”.

“Hoje, a discussão sobre as causas de diversos assuntos de género é censurada”. No caso da homossexualidade, “nos anos 80, falava-se de encontrar o gene da homossexualidade, mas como não se encontrou, impulsionou-se o silêncio. Inclusivamente, suscitar a questão da origem da homossexualidade é considerado um sinal de homofobia. Mas considero que é obrigatório que cada um se questione acerca do desenvolvimento da sua personalidade e da sua orientação sexual”. “Estou à espera que alguns jovens *gays* corajosos protestem contra esta censura”.

Paglia fica exasperada com a cobertura que a imprensa norte-americana está a dar ao tema dos transexuais e da “guerra das casas de banho”. “Uma coisa é sentir que ‘não me sinto confortável no sexo com que nasci’, e outra as pressões para mudar, mudar, mudar, e telegrafar isso ao mundo. (...) “Acho que há transexuais que têm um problema genético desde o princípio, mas são uma ínfima minoria da população, e a ciência médica está ainda a examinar como ajudar estas pessoas”.

“Mas agora converteu-se numa afirmação de moda, ou numa máscara [para outros problemas]. As pessoas são induzidas a pensar que toda a sua insatisfação – na vida familiar, na escola, nas relações sociais – tem que ver com este tema de género. Mas talvez não seja assim. Talvez haja outras questões que uma pessoa deve enfrentar”.

Camille Paglia refere-se também às agressões sexuais nos campus norte-americanos, problema que preocupa e para o qual se tenta doutrinar os universitários no que significa um verdadeiro consentimento.

Paglia afirma que as mulheres devem ser plenamente responsáveis pelas suas decisões em matéria sexual. Fica assombrada com o facto de que enquanto a sua geração lutava por ter plena liberdade para evitar que as autoridades académicas atuassem como pais, as jovens de hoje querem que as autoridades velem por elas. Neste tema do respeito nas relações entre homens e mulheres, pensa que o modo de vestir também tem importância. “As jovens foram criadas numa cultura em que o vestuário reduzido é padrão. Não estão conscientes de que o que se ensina ou um particular modo de vestir podem comunicar uma mensagem de interesse ou de disponibilidade sexual”.

"Mas tal como dizes isto, a feminista de hoje responde: Estás a culpar a vítima! Temos direito a vestir-nos como quisermos. Desde já. Mas tens de estar preparada para enfrentar a realidade do mundo... que é um sítio perigoso. [As jovens] não fazem a menor ideia de psicologia humana, não se apercebem de que não se pode dizer parvoíces com a sexualidade, a qual é extremamente explosiva".

"Nos estudos de género diz-se que entre homens e mulheres tudo é exatamente igual, que se os homens se comportam mal é porque têm de aprender a ser como mulheres, têm de falar como mulheres, atuar como mulheres, e se se pensar que não, é-se sexista. No fundo de tudo isto existe uma falta de respeito pelas diferenças sexuais...".

(Fonte: "Spiked")

"La creación de una sociedad del aprendizaje"

"Creating a Learning Society: A New Approach to Growth, Development and Social Progress."

Autores: Bruce C. Greenwald, Joseph E. Stiglitz
La Esfera de los Libros. Madrid (2016).

536 págs.

Tradução (castelhano):

Alma Alexandra García Martínez.

O paradigma com o qual se mede o progresso dos países deve mudar e, portanto, também têm de fazê-lo as políticas para o estimular. Esta é a principal tese do sugestivo livro de Joseph Stiglitz, prémio Nobel da Economia de 2011, e Bruce C. Greenwald, professor de finanças na Columbia Business School.

Segundo os autores, a investigação económica demonstrou que o principal fator de explicação das diferenças de desenvolvimento entre os países mais avançados e os outros não é tanto a acumulação de capital, nem a eficiência na atribuição de recursos, mas a capacidade de aprendizagem; isto é, o desenvolvimento de um "ecossistema" que fomente a inovação. Isto explica a estagnação de algumas economias emergentes, centradas em explorar uma vantagem competitiva que mal consegue gerar um novo conhecimento.

O erro básico destas abordagens, segundo Stiglitz e Greenwald, é considerar a eficiência de um mercado somente de um ponto de vista estático, e não dinâmico. Este modelo

pode produzir grandes aumentos da produtividade a curto prazo, mas acaba por obstaculizar o desenvolvimento económico. Para evitá-lo, faz falta melhorar a capacidade de aprendizagem, mesmo que os rendimentos imediatos não sejam tão elevados.

Como fazê-lo? As abordagens neoliberais costumam atribuir esta tarefa ao mecanismo da oferta e da procura, a famosa "mão invisível". Contudo, Stiglitz e Greenwald salientam que um mercado desregulamentado é ineficiente para a aprendizagem: não aproveita as externalidades (efeitos positivos sobre outros setores) que gera a inovação. Esta lacuna, pela qual se desperdiçam valiosas doses de conhecimento, pode ser inclusivamente ampliada por certas políticas próprias do capitalismo: proteções excessivas das patentes, intervenção estatal mínima nas políticas industriais, ausência de restrições ao investimento estrangeiro, etc. Por isso, os autores propõem aumentar o papel do Estado.

Concretamente, sugerem beneficiar os setores industriais que mais externalidades de aprendizagem gerem, utilizando as proteções comerciais, subsídios ou vantagens fiscais necessárias; dotar de suficientes recursos públicos a investigação; desenhar um sistema de patentes mais centrado no benefício social do que no empresarial. Todas estas receitas serão úteis para qualquer país, mas especialmente para aqueles em vias de desenvolvimento, aos quais o livro dedica uma maior atenção.

Em "La creación de una sociedad del aprendizaje", Stiglitz e Greenwald não escondem a sua tomada de partido a favor de certas políticas e oposição a outras, mas a sua posição é bem fundamentada e concretizada em propostas específicas. Os autores, além disso, esforçaram-se em adaptar a linguagem para lhe dar um tom mais de divulgação (originalmente era uma conferência para economistas), embora alguns capítulos possam revelar-se algo obscuros para o leitor não iniciado. De qualquer forma, a proposta é sugestiva e é virada para o futuro. Como comentou certo crítico, este livro deveria ser uma peça central nos próximos debates económicos.

F.R.-B.

